



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa para divulgação em rádio de 08 (oito) inserções de até 30 segundos das ações administrativas da câmara municipal.

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição ora pretendida, tem como escopo suprir a necessidade da administração pública municipal concernente a prestação dos serviços de rádio, para divulgação das ações administrativas.

### 3. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 A aquisição dar-se-á pela modalidade licitatória denominada Dispensa de Licitação em sua forma eletrônica, tendo como critério de julgamento e classificação das propostas, o menor preço por item, observadas as especificações técnicas definidas no Anexo I deste Termo de Referência.

### 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos designados pelo órgão competente.

### 5. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

5.1 A prestação dos serviços serão solicitados mediante o envio da respectiva Ordem de Serviço.

5.2 Cada Ordem de Serviço conterá sucintamente a quantidade e descrição do serviço.

5.3 A Ordem de Serviço poderá ser enviada via fax ao fornecedor ou por qualquer outro meio hábil.

5.4 A Adjudicatária ficará obrigada a atender todas as solicitações efetuadas através das Ordens de Serviço emitidas durante a vigência do contrato, mesmo se a entrega delas decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

### 6. DAS RESPONSABILIDADE

6.1 A Câmara obriga-se a:

6.1.1 Promover através de seu representante o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos quantitativos, anotando em registro próprios falhas detectadas e comunicando à empresa as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas por parte daquela;



**CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA  
ESTADO DE ALAGOAS  
CNPJ. 12.421.178/0001-95  
Trav. Luiz Carlos Cavalcante Lima, 04.**

Proc. Nº 01000032019  
Fls. 03

6.1.2 Efetuar o pagamento à empresa, de acordo com a forma e prazo estabelecidos;

6.2 A empresa a ser contratada obriga-se a:

6.2.1 Não transferir a outrem, no todo ou em parte o fornecimento de materiais sem prévia e expressa anuência do órgão competente.

6.2.2 Prestar os serviços, rigorosamente de conformidade com todas as condições e prazos estipulados;

6.2.3 Responder por quaisquer danos causados diretamente ou indiretamente a Câmara Municipal, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na entrega do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, mesmo que não haja fiscalização ou o acompanhamento do órgão competente.

## **7. DO PAGAMENTO**

7.1 O pagamento será efetuado de acordo com o quantitativo efetivamente executado, através de depósito bancário em conta corrente fornecida pela contratada, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

7.2 Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, até que sejam tomadas as medidas saneadoras necessárias.

7.3 Os pagamentos podem ser realizados com recursos próprios e/ou com recursos de convênios.

## **8. DA FISCALIZAÇÃO /ACOMPANHAMENTO**

8.1 A contratação será acompanhada e fiscalizada por servidor a ser designado pelo Gestor da Pasta.

8.1.1 O fiscal da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Expedir ordens de execução;
- b) Acompanhar o fornecimento mensurado no Termo de Referência;
- c) Fiscalizar a contratação quanto à qualidade desejada e quantidades solicitadas;
- d) Comunicar à Contratada o descumprimento das obrigações assumidas e solicitar à Administração a aplicação de penalidades cabíveis.
- e) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- f) Atestar as notas fiscais relativas a prestações dos serviços para efeito de pagamentos;
- g) Solicitar à Contratada e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações.

## **9. DAS SANÇÕES**

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

9.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



**CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**  
**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CNPJ. 12.421.178/0001-95**  
**Trav. Luiz Carlos Cavalcante Lima, 04.**

Proc. N° 04080002361  
Fls. 04

- 9.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 9.1.3 Fraudar na execução do contrato;
- 9.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
- 9.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 9.1.6 Não mantiver a proposta;
- 9.1.7 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;
- 9.1.8 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- 9.1.9 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

9.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

9.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

9.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.3.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.

9.3.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

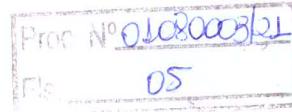
## **10. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

10.1 O Setor Técnico competente auxiliará a comissão nos casos de pedidos de esclarecimentos, impugnações e análise de propostas.

Delmiro Gouveia/Al, 08 de janeiro de 2021.

Rubens Souza Silva

Diretor Administrativo.



Processo Administrativo n° 01080003/2021

Interessado: Administração

Assunto: Contratação de empresa para divulgação em rádio de 08 (oito) inserções de até 30 (trinta) segundos das ações administrativas da Câmara Municipal.

### DESPACHO

Em atenção à solicitação do Sr. Rubens Souza Silva diretor administrativo, **APROVO O TERMO DE REFERENCIA**, em ato continuo determino:

I – O encaminhamento para o setor de compras para providenciar a realização de pesquisa mercadológica determinando a estimativa de valores da referida contratação.

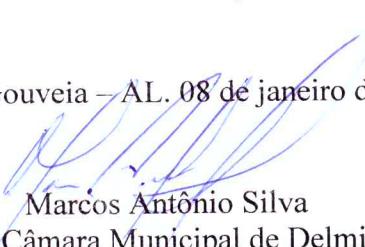
II – Em seguida, evoluam-se os autos ao setor de financeiro no sentido de informar a disponibilidade orçamentária para fazer face às despesas com a contratação.

III – Para posterior evolução dos autos ao Pregoeiro/Comissão de Licitação, para adoção das formalidades cabíveis.

IV – E por fim, conduza-se o processo à Procuradoria Jurídica para se pronunciar sobre a legalidade dos procedimentos para a emissão do Parecer Jurídico, conforme disposições legais.

V – Cumpridas todas as providencias, envie-se os autos ao Gabinete do Presidente para análise, declaração e autorização do certame em apreço.

Delmiro Gouveia – AL, 08 de janeiro de 2021.

  
Marcos Antônio Silva  
Presidente da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia